

Saiba o que a indústria lícita propõe sobre cigarro eletrônico



[poder360.com.br/conteudo-de-marca/saiba-o-que-a-industria-licita-propoe-sobre-cigarro-eletronico/](https://www.poder360.com.br/conteudo-de-marca/saiba-o-que-a-industria-licita-propoe-sobre-cigarro-eletronico/)

7 de janeiro de 2025

Uso de vapes cresce no Brasil, deixando consumidores expostos a produtos sem controle e procedência comercializados no mercado ilegal



Com base em estudos científicos, países como Inglaterra, Suécia e Canadá concluíram que os dispositivos eletrônicos são parte de uma estratégia para redução de danos à saúde

c Pexels

por BAT Brasil 7.jan.2025 (terça-feira) - 6h00

Os cigarros eletrônicos, mesmo proibidos pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) desde 2009, nunca foram tão consumidos no Brasil. De acordo com dados do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica) de 2023, mesmo com a proibição, há 2,9 milhões de consumidores de vape no país. O levantamento começou a ser feito em 2018, quando eram cerca de 500 mil consumidores regulares. Além disso, 6,3 milhões de adultos fumantes já experimentaram produtos vendidos pelo comércio ilícito.

O cenário mostra que a proibição vigente não funciona e que a necessidade de regulamentação é urgente para frear este descontrole. Vaporizadores não são isentos de riscos à saúde, mas, quando regulamentados, oferecem aos adultos fumantes uma alternativa de menor risco em comparação ao cigarro convencional, desde que haja substituição completa e que se tratem de produtos regulamentados.

Isso já foi demonstrado por instituições científicas de renome como King's College London e Cochrane, e por mais de 80 países que criaram regras para a comercialização destes produtos com padrões de segurança, fiscalização e informação adequados.

Entenda os pontos da indústria lícita

1. A indústria formal e lícita não comercializa os produtos hoje em circulação no Brasil e defende a criação de regras rígidas para resolver a atual situação de descontrole, com normas para todos os aspectos, da embalagem aos sabores, regras para pontos de venda e com responsabilização criminal para o comércio indevido.
2. A proibição dos cigarros eletrônicos beneficia somente o mercado ilícito e não protege menores de 18 anos que, sob nenhuma hipótese, deveriam consumir tais dispositivos. Além disso, priva os mais de 20 milhões de brasileiros adultos fumantes de migrarem para produtos regulamentados que apresentam potencial risco reduzido.
3. Os países ao redor do mundo têm investido nos cigarros eletrônicos como forma de reduzir o tabagismo. Além disso, regulamentar tende a ampliar as campanhas de conscientização. O mercado regulado possibilita o acesso a produtos com controle fitossanitário, monitoramento e fiscalização, que seguem todas as determinações sanitárias do país. O Brasil está na contramão do mundo.
4. Cigarros eletrônicos regulamentados reduzem em até 95% os riscos à saúde em comparação aos convencionais, conforme atestado em recente revisão científica do King's College London sobre o tema. Esse achado científico é corroborado por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, França e Suécia. A regulamentação nesses países demonstra que é possível oferecer aos adultos fumantes uma alternativa de risco reduzido, respeitando a escolha individual de adultos.
5. A indústria formal e lícita é contra o uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes. Nos mercados regulados atua para prevenir o acesso e apelo dos produtos para esse público, adotando tecnologia para que somente maiores de idade acessem os dispositivos, além de restrições de design e comunicação.

Nota de esclarecimento

Vaporizadores e produtos de tabaco aquecido são produtos destinados a maiores de 18 anos, assim como o cigarro. Estes produtos não são isentos de riscos.

A redução de riscos de vaporizadores e produtos de tabaco aquecido é baseada nas evidências científicas mais recentes disponíveis e desde que haja a substituição completa do consumo de cigarros tradicionais.

Este conteúdo foi produzido e pago pela BAT Brasil. As informações e os dados divulgados neste texto são de total responsabilidade do autor.

o Poder360 integra o

